

# A CIDADE CONTEMPORÂNEA E SEUS DESAFIOS

*Manoel Teixeira Azevedo Junior\**

## A UNIDADE PERDIDA

**F**oi em meados do século XVIII, com o processo de industrialização, em especial no contexto europeu, que as cidades começam a assumir as feições e características que possuem na atualidade. A penetração da indústria no tecido da cidade e os processos paralelos de acentuado crescimento populacional, expansão física da área ocupada, deterioração das condições ambientais e da infra-estrutura urbana, em face das novas demandas geradas por um aglomerado humano de proporções até então desconhecidas, provocam um estilhaçamento do tecido físico e social constitutivo da cidade e a perda progressiva de seu caráter unitário. As principais cidades européias, envolvidas em um contexto de atividades e de relações sociais e econômicas ainda compreensíveis em sua totalidade por seus habitantes, transformam-se em um período curto de tempo, em grandes concentrações humanas nas quais o habitante se sente, cada vez mais, incapaz de distinguir e compartilhar interesses comuns e mesmo de perceber o espaço físico da cidade como um todo.

A partir daí, ele será apenas o habitante de um pedaço da cidade, anônimo em meio a uma multidão de interesses múltiplos, incapaz de refazer a idéia de totalidade social, comunitária e física das cidades. Estas, em especial as de maior porte, não serão mais um objeto abarcável pelo cidadão, mas um espelho de mil partes despedaçadas, um caleidoscópio de configurações múltiplas, de acordo com as diversas relações que

---

\* Arquiteto, Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo – PUC • Minas.

cada um vive no seio de uma mesma cidade. Será nos centros, com seu sentido de convergência e acúmulo de diversos tempos, local por excelência da memória coletiva, que a unidade da cidade poderá ser ainda vivenciada. Mas mesmo isto tenderá a se diluir.

## FRAGMENTAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

Em processo que só fez acentuar-se no decorrer deste século, a experiência da grande cidade contemporânea vem sendo marcada por dois aspectos aparentemente contraditórios: a interdependência ou globalização e a fragmentação. Por um lado, o mundo interliga-se e cada vez é mais raro o espaço isolado; as estruturas regionais funcionam em interdependência, comandadas pelos centros de decisão econômica e de direcionamento do fluxo de capitais; o espaço se cobre por uma rede informacional e de comunicações que tende a, no limite, abarcar todo o planeta; os hábitos, acontecimentos e decisões se difundem e criam repercussões com intensa rapidez; as cidades, em diferentes níveis de dependência, sofrem impactos de decisões e contextos que lhe escapam inteiramente.

Por outro lado, a esse processo de interligação se contrapõe uma intensa fragmentação na experiência cotidiana da cidade. Fragmentação em termos da inserção no processo produtivo, no qual a tarefa de cada homem é uma parcela ínfima dentro de um processo que interessa a milhares ou milhões de pessoas. Fragmentação na própria segmentação espacial do viver a cidade, na qual o cidadão se circunscreve a uma porção de espaço e se relaciona ou mesmo visualiza apenas uma parcela do espectro social. Esse processo tem tendido, na atualidade, a gerar relações sociais circunscritas e fechadas dentro de um mesmo segmento social, diminuindo fortemente os contatos inter-classes e gerando separações do espaço claramente configuradas, em uma espécie de guetificação de diversas porções da cidade.

Paul Virílio observa que o homem contemporâneo é um passageiro que, contrafeito e condicionado, é levado de um ponto a outro e não viaja. Vive em um estado de imobilidade, não observando o que existe entre os pontos de saída e de chegada (Virílio, 1989). Fragiliza-se assim a pró-

pria percepção de pertencimento à totalidade social que constitui a cidade. Em que situações o cidadão urbano se percebe fazendo parte desta totalidade que é a cidade ou, dito de outro modo, como a cidade refaz simbolicamente a idéia de unidade? Essa percepção é cada vez mais difusa e precária na cidade contemporânea e talvez só se dê, de forma mais efetiva, em momentos muitos precisos: nas festas, principalmente nas festas cívicas, como as eleições ou os grandes eventos políticos, e nas festas populares, hoje cada vez mais raras enquanto eventos que envolvam toda a sociedade. Também nas catástrofes, momentos em que a sociedade se une na comoção ou na solidariedade e refaz seu sentido de unidade. O esfacelamento do sentido de pertencimento a uma comunidade gera também um enfraquecimento das ligações afetivas com o lugar. Essas ligações, em geral fortes no que diz respeito ao local de vivências fundamentais, como as da infância, tendem a diluir-se nos deslocamentos que se operam dentro de uma mesma cidade ou mesmo entre diferentes cidades, fruto, em geral, de pressões econômicas e busca de ascensão social. Cria-se, assim, uma espécie de nomadismo, no qual o habitante rompe a fixidez da ligação a um único lugar e passa a deslocar-se em um território intensamente interligado, ao sabor de necessidades econômicas e culturais, manifestação expressiva, também, do processo de globalização contemporâneo. Isto tenderia a operar um enriquecimento humano em função do contato com diferentes experiências espaço-culturais. Acontece que as próprias diferenciações vêm sendo minadas a partir, principalmente, das necessidades de unificação dos mercados de consumo.

Assim, a cidade e a sociedade contemporâneas combinam, contraditoriamente, uma enorme vontade de homogeneização (dos valores, das mentes, dos modos de produzir, da organização do espaço e do tempo), ao sabor das necessidades da acumulação capitalista, e uma imensa prática de fragmentação (do trabalho, dos grupos sociais, do espaço, do próprio sentido de pertencimento social).

Milton Santos (1990) se refere à ambiência das grandes cidades como constituída por uma tecnosfera e uma psicoesfera. Num ambiente mediatizado pela tecnologia, a possibilidade virtual de ver o mundo é total, mas acaba não se realizando, na medida, inclusive, em que a própria informação é uma produção artificial e reelaborada da realidade.

Ao mesmo tempo, a vida social é intensamente psicologizada e a adequação do homem ao meio está vinculada, menos à consciência de sua inserção na estrutura social e participação na vida coletiva, e mais à sua capacidade de participar do mundo do consumo e encontrar os mecanismos particulares para escapar à pressão da vida cotidiana.

Santos (1990) aponta a importância, especialmente nas cidades do terceiro mundo, das estruturas de enquadramento sociocultural, que agem sobre a mente dos indivíduos, induzindo comportamentos passivos e retardando a possibilidade de ações reativas. Entre elas, destaca a própria estrutura segregada do espaço, que isola os indivíduos e faz dos pobres ainda mais pobres, os apelos do consumo, o conformismo de algumas práticas religiosas, as possibilidades sociais diferenciadas de reclamar direitos e as formas paternalistas de representação política.

### O URBANO POTENCIALIZADO

O grande crescimento das cidades não gera apenas fragmentação. Potencializa também aquilo que é um dos fundamentos do fenômeno urbano ao longo da história: o sentido da aglutinação e a constituição da cidade como lugar privilegiado da produção cultural e da criação. O crescimento das cidades, a partir da industrialização, potencializa o urbano, na acepção que Lefebvre dá a esse termo, diferenciando-o do mero assentamento citadino e colocando-o como aquilo que qualifica e realiza as possibilidades de criação e de autodeterminação humanas, a partir das potencialidades do encontro, da simultaneidade e do intercâmbio que a cidade propicia (Lefebvre, 1976). Neste sentido, a “sociedade urbana” que surgiria da urbanização completa da sociedade seria uma utopia, uma orientação, ou, segundo Lefebvre, uma “hipótese teórica”.

Em contraposição à agricultura e à indústria, a cidade é, para Lefebvre,

*não só atividade devoradora, consumo; se torna também produtiva (meio de produção), porém, antes de tudo reúne os elementos da produção. Agrupa todos os mercados (de produtos da agricultura e da indústria, de capitais, do trabalho, do solo, dos signos e símbolos). A cidade atrai em seu seio tudo o que surge à margem dela, da natureza e do trabalho: frutas e objetos, produtos e produtores, obras e criação. E o que cria? Nada, centraliza as criações. E, contudo, cria tudo. Nada pode existir sem inter-*

*câmbios, sem aproximação, sem proximidade, ou seja, sem relações. A cidade cria uma situação, a situação urbana, na qual as coisas diferentes influem umas nas outras e não existem distintamente, mas segundo as diferenças". (Lefebvre, 1976)*

Esse é o grande potencial do urbano, seu caráter revolucionário, colocado, evidentemente, como uma possibilidade, um horizonte utópico cuja realização dependerá da ação dos homens.

A cidade contemporânea, no entanto, cada vez mais se nos afigura como distanciada desse horizonte. Milton Santos, comentando a idéia de Lefebvre de que a forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade, diz que nas condições atuais "o espaço, como esse ponto de encontro de que fala Lefebvre, é uma reunião de sombras ou, quando muito, um encontro de símbolos" (Santos, 1982), já que o espaço social está fortemente comprometido pela estrutura social. "A unidade dos homens pelo espaço é uma falsa unidade, a unidade externa da atividade, regida pelo valor de troca e tendo como pilar a noção de um contra o outro" (Santos, 1982). O ser humano, tornado ele mesmo uma mercadoria, se inscreve em um universo centrado na concorrência entre os seres humanos e na consecução dos objetivos ideológicos de consumo, colocados como perspectiva básica da vida humana. O sentido da reunião, da cidade como lugar em que as diferenças e particularidades humanas se encontram e neste encontro se retroalimentam, se enriquecem e propiciam a criação, subjaz como um aspecto dominado, mas sempre presente. Ele resiste às tendências de massificação e uniformização de necessidades, hábitos, padrões de comportamento, etc., os quais se materializam sempre em objetos a serem consumidos, em símbolos. A informação, nesse processo, passa a ser o veículo básico da difusão e universalização das ideologias e de sua materialização no conjunto de objetos a consumir que nos rodeiam.

Isto não invalida a abordagem lefebvreana da cidade, apenas a coloca, exatamente como o próprio autor o faz, como ponto de resistência, como princípio dominado dentro da cidade contemporânea, mas que busca emergir como dominante, ou, em outras palavras, como horizonte possível.

As tendências de homogeneização e uniformização via mecanismos do mercado de consumo e dos meios de comunicação de massa, tendên-

cia forte na sociedade contemporânea, nunca se realizam plenamente. Primeiro, porque esta mesma sociedade está constantemente a produzir desigualdade e exclusão, pilares históricos da constituição do capitalismo como modo de produção e manifestações, hoje, de um processo de concorrência exacerbada em todos os níveis. Segundo, porque a diferença e a particularização são próprias do ser humano e o respeito às diferenças é uma das conquistas históricas fundamentais do homem em seu processo de autodeterminação, conquista incitada, contraditoriamente, no mesmo processo, *o do liberalismo e do capitalismo*, que tem hoje na massificação um de seus sustentáculos básicos. Depois, porque a manifestação das diferenças, das singularidades, sempre ocorre, mesmo que de maneira subterrânea. O urbano resiste a toda uniformização e a cidade está constantemente a recriar os territórios da particularidade, das expressões não ditadas pela massificação, mesmo que sejam apenas reativas a esta. Em meio à repetição, nem tudo é repetição. A arte, a contribuição particular, a mão poética do ser humano se inscrevem sempre, insidiosas, na produção cotidiana. As expressões diferenciadas sempre ocorrem, nem que seja através de etnias ou grupos sociais dominados, enclausurados em guetos que, em alguma medida, recriam particularidades.

Ocorre mesmo, conforme aponta Milton Santos, uma resistência do próprio espaço. As estruturas espaciais do passado sobrevivem no presente, mesmo que renovadas e reapropriadas, e tendem a condicionar o tempo e as formas de utilização. O conjunto das coisas, historicamente datadas, “acaba por impor aos atores da cena urbana uma temporalidade sua própria. O movimento dentro da cidade resulta da combinação entre a temporalidade das coisas e a temporalidade das ações”. (Santos, 1982)

Neste ponto, é importante distinguir entre a diferença, enquanto manifestação das singularidades, o que é próprio do urbano e só faz enriquecê-lo, e a separação ou a segregação. Estas rompem as relações, impedem o contato das diferenças, destroem o urbano. A fragmentação da cidade contemporânea, especialmente nos países do terceiro mundo, tem tendido perigosamente à constituição de espaços segregados, na contramão do urbano.

## O ESPAÇO PÚBLICO

A diferenciação é um dos traços característicos da cidade ocidental desde a Idade Média, através da constituição de bairros e zonas diferenciadas, em geral, por grupos étnicos ou religiosos, sendo o sentido de unidade dado, fundamentalmente, pelo espaço público, enquanto lugar não apenas de troca comercial, mas também de sociabilidade e prática política. Em especial, aparecem os centros das cidades, locais de convergência e reunião máximas, das trocas de todo tipo e sínteses sociais e simbólicas das respectivas cidades.

O sentido do espaço público vem sendo progressivamente modificado na cidade contemporânea por diversos fatores. De um lado, a fragmentação do espaço tende a acentuar o caráter policêntrico da cidade, com zonas transformadas, inclusive, em meros corredores de velocidade, desbaratando o sentido de fruição do espaço e de absorção de suas diferenças de organização. O próprio espaço público tende a especializar-se e a perder o caráter de local fundamental da vida social e do convívio entre os diferentes grupos da população. Chega-se, hoje, a casos de completa especialização funcional de zonas centrais ou a apropriações segregadas de diversos espaços das áreas centrais por grupos sociais marginalizados ou por atividades elitizadoras do espaço. Com isto, vem-se perdendo o caráter de diversidade social, funcional e simbólica do espaço público.

Por outro lado, na medida em que o espaço e o tempo na cidade contemporânea estão basicamente determinados pela lógica da eficiência e da produção capitalistas, o espaço público e sua apropriação passam a ser regulados pela lógica temporal, espacial e de relações sociais do trabalho e do consumo. Os espaços organizados e apropriados segundo outras lógicas temporais e outros quadros de necessidades são marginais ou intersticiais dentro do conjunto da cidade, mas sempre ocorrem e são os elementos de resistência dos valores do urbano.

A idéia do público ou do comum na sociedade contemporânea não é mais "a da meta para a qual convergem as atividades individuais, o ideal coletivo superior às limitações de cada pessoa, mas o pressuposto do qual se parte para que cada ser humano encontre e afirme sua pró-

pria identidade individualizada" (Giannotti, 1995). Isto tem grandes repercussões na conformação e apropriação do espaço público, transformado substancialmente apenas em *locus* de atividade econômica e lugar de passagem.

Outro aspecto importante é que a sociedade contemporânea, em função do desenvolvimento dos sistemas de comunicação e informatização, vem, cada vez mais, prescindindo das localizações físicas centrais para que qualquer indivíduo, instituição ou grupo econômico se interligue e se situe no âmago do sistema de informações e de decisões da sociedade. O acesso à centralidade, ou seja, à convergência das informações e criações, deixa de estar vinculado a um lugar físico, o centro. A localização no centro físico ou o estar no centro não é mais condição primordial para o acesso à informação e mesmo para a participação no sistema produtivo e para a tomada de decisões. Isto enfraquece um dos papéis fundamentais do centro físico das cidades e do próprio espaço público, criando um novo padrão espacial para as relações produtivas e mesmo para as relações interpessoais, o qual, se por um lado estende e dissemina as possibilidades de comunicação e interligação, tende a acentuar a atomização dos indivíduos e um tipo de contato com o mundo mediatizado pela tela do computador, pela televisão ou por outros modos de comunicação. As tendências atuais de introversão dos espaços do habitar, do trabalho e do consumo e de conformação das ruas como meros sistemas de circulação entre pontos correspondem a esse novo padrão espacial. Cada vez mais, a vida social tende a circunscrever-se a espaços fechados ou delimitados, muitas vezes de acesso restrito.

### A SITUAÇÃO BRASILEIRA

Se pensarmos na situação específica das cidades brasileiras, as características básicas da fragmentação e esvaziamento do espaço público ganham tonalidades próprias e, talvez, mais dramáticas.

Por um lado, a fragmentação espacial ganha claros contornos de segregação e de constituição de cidades divididas e contrapostas internamente, onde convivem espaços com um nível de urbanização seme-

lhante ao das cidades européias e espaços carentes dos mínimos requisitos infra-estruturais do que significa hoje viver dignamente nas cidades. A exclusão nas cidades brasileiras é mais do que uma exclusão dita pela distância centro-periferia, mas uma exclusão que é alijamento social, exclusão de acesso ao mercado de consumo, aos benefícios públicos de saúde e educação, a um chão para morar na cidade e mesmo à própria capacidade de sobreviver fisicamente. A exclusão nas cidades brasileiras é exclusão em relação aos direitos fundamentais da pessoa humana e esta, sem dúvida, é a característica que tende a marcar de forma mais profunda as cidades.

O esvaziamento do espaço público, corrente nas cidades contemporâneas, acentua-se nas cidades brasileiras na medida em que esse espaço passa a ser o palco principal da violência incitada pelas diferenciações sociais extremamente exacerbadas. A própria segregação, que caracteriza o espaço como um todo, atinge e marca o coração da cidade, o seu centro, o qual, fora dos horários ditados pelo tempo do trabalho, passa a ser fundamentalmente um lugar dos pobres. A segmentação social profunda passa a marcar todo o espaço das cidades, quer através da constituição de lugares segregados, guetos sociais de ricos ou pobres, quer através da destinação e qualidade diferenciada dos serviços públicos (o transporte coletivo para os pobres, a escola e a saúde pública, hoje no Brasil quase exclusivamente para atendimento das camadas sociais mais carentes, com qualidade extremamente precária dos serviços, etc.).

Além disso, generaliza-se um estranhamento entre as camadas sociais, vivendo hoje em mundos completamente diferentes e se encontrando, fugidamente, no temor das ruas e nos espaços que deveriam ser de convívio. O abismo social e cultural vem aprofundando o preconceito e a discriminação contra os pobres e os negros, os quais, na sociedade brasileira, tendem fortemente a coincidir, com as previsíveis consequências reativas de violência urbana, hoje ainda muito brandas em face do grau de desigualdade social existente.

A divisão e a desigualdade nas cidades brasileiras perpassam toda a sociedade e se manifestam tanto no nível interno de cada cidade como no nível dos desequilíbrios e diferenciações regionais. Em cada cidade

e na rede de cidades brasileiras se mostram estruturas marcadas pela desigualdade: fortemente desurbanizadas em um extremo (as periferias e as pequenas cidades, totalmente distanciadas dos padrões do viver contemporâneo, em uma situação social pré-moderna) e muito sofisticadas no centro (as cidades principais e o centro e zonas das classes média e alta da maioria das cidades).

Esse desequilíbrio na rede de cidades brasileiras contrasta, por exemplo, com a situação européia, onde a rede se mostra fortemente homogeneizada em termos dos padrões de urbanização, com uma distribuição hierárquica do porte das cidades muito mais gradual e equilibrada e com intensa interligação entre cidades através das redes de transporte e comunicações. No contexto europeu e no americano do norte, já é possível perceber a idéia da urbanização total do território apontada por Lefebvre.

No caso brasileiro e dos países do terceiro mundo, a globalização atinge de modo totalmente diferenciado o conjunto das cidades ou faz conviver, dentro de uma mesma cidade, processos de modernização e integração global altamente sofisticados ao lado de situações de miséria e exclusão e de relações econômicas extremamente simplificadas e de baixa complexidade. Neste sentido, Milton Santos aponta que a "modernização" nos países do terceiro mundo cria de um só golpe dois circuitos claramente diferenciados na economia urbana: um circuito superior ou "moderno", articulado em nível nacional e, às vezes, internacional, e um circuito inferior, pouco capitalizado, constituído de pequenos serviços e comércios não "modernos" e que é utilizado pelas camadas pobres e, eventualmente, pela classe média. (Santos, 1979)

Os fenômenos de segregação urbana, exclusão social e violência, já presentes em cidades americanas, especialmente por razões étnicas, vêm se manifestando também em sociedades que antes pareciam imunes a eles, notadamente nos países europeus. Políticas neoliberais recentes de desmonte do estado de bem-estar social (*welfare state*) e processos de globalização econômica e de intensificação tecnológica da produção têm gerado um desemprego de característica estrutural e não mais conjuntural, trazendo para o seio das cidades européias, apesar de numa escala sensivelmente inferior, problemas que pareciam restritos às cidades

do terceiro mundo. A diferença é que esses problemas ocorrem sobre uma base de direitos sociais já consolidados e de uma homogeneidade acentuada do padrão da infra-estrutura urbana, não se criando as aberrantes desigualdades que marcam as cidades do terceiro mundo.

## PARADIGMAS DA INTERVENÇÃO

A partir do quadro, esboçado em linhas gerais, da cidade contemporânea, como fica a atuação do profissional ocupado na produção do espaço físico da vida humana, o arquiteto? O século XX tem sido extremamente rico em termos de experiências e formas de abordagem possíveis do espaço das cidades.

A primeira grande resposta, na esteira das intervenções higienistas/estetizantes de finais do século XIX, notadamente o grande paradigma da modernização de Paris pelo *Barão Haussmann*, é a do movimento moderno. À caótica cidade do século XIX, ao susto da cidade desagregada, do burburinho urbano, o movimento moderno responde com o totalmente novo, com a destruição da velha ordem da cidade e sua substituição por uma ordem fundada na eficiência e no tempo da máquina. Fascinados pelas novas possibilidades abertas pela tecnologia, os arquitetos modernos pensam uma cidade que opere também como uma máquina e para tal a organizam racionalmente segundo a separação das funções básicas do habitar. A cidade moderna, clara e facilmente compreensível (e também controlável), concebida para ser a instauradora da harmonia social e funcional do habitar humano, serve como uma luva às novas necessidades de eficiência, controle, rapidez nos deslocamentos e funcionalidade do sistema de produção capitalista.

Mas a cidade moderna é uma utopia. Sua concepção, em tantos aspectos generosa, como em termos de assumir a igualdade de direitos de todos os seres humanos e de gerar para todos espaços de qualidade, onde os requisitos fundamentais ao habitar sejam atendidos, raramente realiza-se como um todo. E quando o consegue, caso exemplar de Brasília, é rapidamente absorvida pela sociedade real, que adultera e desfigura alguns de seus postulados básicos. Essas experiências tornam patente a ingenuidade do movimento moderno de pretender mudar a

sociedade a partir da organização espacial, aspecto já fartamente abordado nas críticas à cidade moderna.

Na prática, e de modo mais generalizado, a cidade proposta pelo movimento moderno é implantada aos pedaços, como cirurgias ou apêndices incorporados às cidades preexistentes. Seus postulados têm grande peso, principalmente nas intervenções viárias de maior porte, nos sistemas de transporte, na produção das habitações coletivas e nas concepções de zoneamento funcional das cidades.

O planejamento urbano, um continuador das concepções globalizantes da cidade moderna, que, procurando pensar de forma compreensiva a cidade, incorpora variáveis sociais, econômicas, políticas e regionais, tem larga aplicação em todo o mundo, porém sua capacidade investigadora e de compreensão da realidade esteve sempre muito além de sua real capacidade de ação e de modificação das cidades. Seus resultados têm sido muito mais pontuais, ligados, principalmente, às intervenções no sistema de circulação, ao zoneamento, à implantação de pólos de desenvolvimento industrial, à localização de grandes equipamentos, etc. A pretensão do planejamento urbano de reverter processos mais amplos de espoliação social e de estruturação urbana tem estado muito mais no terreno das intenções do que da prática. Entre outras razões, porque o planejamento urbano está vinculado às instituições governamentais, em geral presas, em maior ou menor grau, ao *status quo*.

Os lugares onde o planejamento urbano pôde efetivamente avançar em termos de um controle do desenvolvimento das cidades socialmente mais justo e democraticamente decidido, e não apenas servir de legitimação a interesses políticos e econômicos mais ou menos claros, foram justamente em países que já possuíam enraizadas práticas comunitárias de participação nas decisões acerca de suas cidades.

A falência do paradigma totalizante moderno, quer em sua pretendida capacidade de alterar a cidade como um todo, quer em termos dos resultados urbanos das intervenções feitas a partir de seus postulados, leva a um retraimento das tendências compreensivas de abordagem das cidades, até porque elas se mostraram incapazes de realizar a com-

preensão total do fenômeno urbano, tarefa por si só impossível. Passa-se então a uma tendência de revalorização dos espaços pré-modernos das cidades. De certa maneira, os arquitetos abdicam de pensar globalmente os problemas das cidades e voltam-se para intervenções pontuais, requalificando os espaços, dirigindo seu foco de atenção para as peculiaridades locais e os contextos em que se dão as intervenções. A preocupação básica passa a ser a de criar lugares ambientalmente agradáveis, propícios à permanência, numa certa nostalgia de recriação de valores de fruição do espaço da cidade pré-industrial. A própria terminologia que passa a ser usada, a do “desenho urbano” ao invés de “planejamento”, reflete a renúncia a modificações mais amplas das cidades.

Otília Arantes observa que o retraimento das possibilidades de mudança não se deve apenas à interferência dos interesses dos verdadeiros agentes urbanos ou promotores do espaço público, os governos ou os especuladores imobiliários, mas é “imposto pelo rumo atual do capitalismo, cuja globalização é responsável em grande parte por uma urbanização tanto mais intensa e extensa, quanto maior o contingente dos náufragos da competitividade mundial (no Brasil, 70% da população pobre reside nas cidades)”. (Arantes, 1993)

Esse novo paradigma do lugar, contraposto ao do movimento moderno, traz, por um lado, enriquecimentos à abordagem do espaço urbano, ao reincorporar aspectos de apropriação subestimados pelo modernismo, ao pensar a herança histórica de forma positiva e, portanto, revalorizar o patrimônio das cidades como referência coletiva e ao projetar e se voltar para os espaços centrais na perspectiva do usuário e, em grande medida, do pedestre.

Por outro lado, no entanto, essa abordagem tende, na maioria das experiências realizadas, a se revestir de grande artificialidade, esteticismo e, às vezes, elitização, conformando intervenções que, ao invés de requalificar espaços para aqueles que os mantiveram e viveram em condições muitas vezes precárias, acaba transformando tais espaços em mercadorias a serem consumidas por turistas e classes sociais emergentes. No dizer de Otília Arantes, “no mais das vezes tais iniciativas se resumiam a cenários destinados literalmente a fascinar; verdadeiras imagens publicitárias das administrações locais, sem nenhuma continuida-

de com práticas sociais que lhes dessem conteúdo” (Arantes, 1995). Desse modo, diversas intervenções acabaram redundando em uma forma de manutenção do *status quo* e de “escamotear conflitos e esconder a miséria”. O novo estilo de intervenção, contrariando inclusive suas intenções manifestas, acaba implicando uma “realocação forçada da população: o acesso a lugares requalificados tornava-se uma impossibilidade de fato para os habitantes expulsos das regiões em que se concentravam os antigos centros nobres e administrativos das cidades e cuja deterioração subsequente transformara em cortiço e refúgio de *homeless*”. (Arantes, 1993)

Tendências mais recentes têm abandonado esse paradigma do lugar e assumido radicalmente a idéia da diversidade, do heterogêneo, da disposição de objetos arquitetônicos que falem por si, incorporando o caráter de colagem, de disparidade e multiplicidade que caracteriza a cidade contemporânea. Chegam, no limite, a fazer a apologia do caos: “Abrem mão não só de qualquer planificação global da cidade mas de todo tipo de organização, mesmo parcial, que a torne um conjunto de espaços minimamente ordenados, que possam ter alguma pregnância visual ou semântica, configurando para os seus habitantes um lugar. O novo jargão se compõe de termos que, ao contrário, procuram designar a não urbanidade da cidade, sua atopia – a cidade como não-território, lugar virtual, não lugar, etc.” (Arantes, 1995). Assumem assim, às vezes até como referência explícita de projeto, o caráter da cidade como fluxo entre pontos, como espaço que se estende, sem limites, por um território interligado pelas redes de comunicação e onde a idéia de centro, de espaço público como síntese da vida coletiva e lugar de convívio, é abandonada de vez. Assumem, pela negação da cidade, a fragmentação e a impossibilidade de refazer qualquer sentido de unidade na cidade contemporânea. Evidentemente, escamoteiam ou ignoram o próprio caráter de exclusão e segregação que caracteriza a fragmentação urbana contemporânea, o fato de que o território, especialmente nos países periféricos à nova ordem globalizada, se interliga seletivamente, deixando enormes brechas de não-urbanização, de miséria e exclusão.

Em todo esse processo e em meio às mais diversas intervenções, é notável como a cidade tem resistido e o sentido do espaço público como lu-

gar de convívio, de contato com os signos mais expressivos da memória coletiva, de emergência do inusitado, de contato com o que é diferente tem se recriado e acontecido apesar de toda a vontade uniformizadora e artificial de transformá-lo em mero espaço comercial e em mercadoria a ser consumida.

Nessa resistência, emerge a questão de que posturas assumir frente à realidade e como enxergar, em meio aos processos dominantes de negação do urbano, aquilo que o afirma e recria as potencialidades criativas do viver nas cidades. Deve-se, inicialmente, descartar qualquer veleidade de ressurgimento do arquiteto-demiurgo, transformador mágico da sociedade pela ação sobre o espaço, mas assumir, tanto nas intervenções pontuais como nas abordagens e propostas mais globais para a cidade, que esta é produção coletiva e que na constituição dos fatos urbanos, a produção do espaço físico, atribuição do arquiteto, é apenas um aspecto, sendo fundamental saber como o espaço será apropriado, por quem e com que sentido.

Para tal é importante não se perder de vista o contexto social, econômico, histórico e simbólico em que se projeta e fazer com que a arquitetura se inscreva na realidade como uma necessidade, que dialoga e oferece respostas ao contexto em que se insere. Respostas que podem ser as mais variadas: de resgate de valores sufocados, de rompimento de segregações, de multiplicação de formas de apropriação, de revalorização de situações urbanas ou de seu enriquecimento através de novas possibilidades de encontro e de interferência criativa no espaço, entre tantas outras. E falar de fatos ou de situações urbanas é importante para que não se caia na mera sedução da forma, na consideração do contexto apenas sob o aspecto da arquitetura, o que tende a gerar meros cenários bem compostos. O fato urbano, como enfatiza Aldo Rossi, é muito mais. É uma mistura de espaço construído, de história, de tempos, de utilizações e apropriações, de inclusões e exclusões. (Rossi, 1995)

Nesse sentido, toda intervenção deve assumir uma postura ética e política e ter a clareza de que valores estão sendo privilegiados. Se a arquitetura, por si só, não gera transformação global da cidade e harmonia social, cada intervenção, por mais pontual que seja, incorpora e explicita valores e vontades de organização e apropriação do espaço, ou seja,

consciente ou inconscientemente, veicula conteúdos éticos e políticos.

A partir daí, a revalorização do urbano passa por tudo aquilo que propicia a emergência e manifestação das particularidades, das diferenças, por tudo aquilo que, em meio à repetição e à massificação, propicia a atuação criativa, ou seja, a emergência do sujeito como ser de criação. Porém, mais do que manifestar as particularidades, o fundamental do urbano é fazer com que as particularidades convivam, se entremochem e dialoguem. Portanto, caminhar no sentido do urbano é ir contra tudo aquilo que segrega, que exclui, que isola as diferenças e tende a constituir guetos. A essência do urbano é o intercâmbio, a convivência dos diversos.

E quando se fala em valorizar o urbano não se pensa apenas no espaço ou naquilo que a organização do espaço propicia mas, de forma mais ampla, na idéia de tudo aquilo que incrementa e estimula a participação nas decisões coletivas, em seus diferentes âmbitos, inclusive o da configuração mais geral da cidade e das políticas públicas. Realizar o urbano é, na verdade, realizar espacial e socialmente a democracia.

Nesse sentido, trata-se, ao mesmo tempo, de universalizar os direitos básicos do cidadão (quer os direitos sociais e políticos de educação, saúde, liberdade, etc., quer o direito de morar com dignidade e de ter acesso a padrões satisfatórios de urbanização) e de garantir e estimular as particularidades, a manifestação das diferenças.

Esse é, talvez, o dilema mais crucial nas cidades brasileiras. A grande prioridade nelas é garantir a universalização dos direitos básicos do cidadão; é realizar um esforço de homogeneização na oferta dos serviços e infra-estrutura sociais básicos e de incremento na renda da população que propiciem condições mínimas para sua participação efetiva na sociedade. Sem isto, qualquer intenção de estimular a manifestação de diferenças ou de requalificar espaços estará minada pela segregação social, que rompe qualquer possibilidade de encontro, intercâmbio e manifestação em igualdade de condições. O urbano estará comprometido pela base, a garantia para todos dos direitos fundamentais da pessoa humana. Essa é uma tarefa que extravasa o papel do arquiteto enquanto profissional do espaço, embora nele também esteja incluída, e

que remete a suas responsabilidades enquanto cidadão. Não assumir, nos mais diferentes âmbitos, a questão do resgate da cidadania para todos é não apenas uma miopia profissional, na medida em que se pretenda defender a cidade e os valores da urbanidade, mas também uma insensibilidade humana e omissão enquanto cidadão.

### **Referências bibliográficas**

- ARANTES, Otília. A cidade como não-lugar. *Revista Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, n. 58, fev. 1995.
- ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 05 set. 1993.
- GIANNOTTI, J. Arthur. O público e o privado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 abr. 1995.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Ed., 1976.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SANTOS, Milton. A metrópole; modernização involução e segmentação. In: VALLADARES, L., PRETECEILLE, E. (Coord.). *Reestruturação urbana; tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel, 1990.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- VIRÍLIO, Paul. *América: depoimentos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.